BJØRN LOMBORG



SOBRE O AUTOR
CONTACTE O AUTOR

ARTIGOS DESTE AUTOR

Uma oportunidade de ouro trazida pelo arroz dourado

05 Março 2013, 00:01 por Bjørn Lomborg | © Project Syndicate, 2008 www.project-syndicate.org

3 Gosto 3 Tweet 1 Share Share 0



Por fim, após 12 anos de atraso devido aos opositores dos alimentos geneticamente modificados (GM), o chamado "arroz dourado" com vitamina A vai ser cultivado nas Filipinas. Ao longo destes 12 anos, cerca de oito milhões de crianças em todo o mundo morreram com deficiência de vitamina A. Não serão os anti-GM em parte responsáveis por isso?

O arroz dourado é o exemplo mais proeminente na controvérsia mundial em torno dos alimentos geneticamente modificados, que visa confrontar uma tecnologia - que acarreta alguns riscos mas também um considerável potencial - com a resistência exercida por campanhas que defendem o bem-estar. Três mil milhões de pessoas dependem do arroz como alimento de base e 10% dessas mesmas pessoas estão em risco de sofrer de deficiência de vitamina A, a qual, segundo a Organização Mundial da Saúde, leva a que, anualmente, entre 250.000 e 500.000 crianças fiquem cegas. Um estudo da revista médica britânica "The Lancet" estima que a deficiência de vitamina A mata, todos os anos, um total de 668.000 crianças com menos de cinco anos.

Ainda assim, apesar da perda de vidas humanas, os opositores dos GM – desde a Greenpeace a Naomi Klein – denigrem os esforços no sentido de recorrer ao arroz dourado para evitar a deficiência de vitamina A. Na Índia, Vandana Shiva, uma activista ambiental e conselheira do governo, qualificou o arroz dourado de "um logro" que "cria fome e desnutrição, em vez de solucionar estes problemas".

A *The New York Times Magazine* referiu em 2001 que uma pessoa tem de "comer diariamente sete quilos de arroz dourado" para obter suficiente vitamina A. Um exagero que se revela hoje manifestamente errado. Dois estudos recentes publicados no *American Journal of Clinical Nutrition* mostram que apenas 50 gramas de arroz dourado podem satisfazer 60% da necessidade diária recomendada para a ingestão de vitamina A. Estes estudos demonstram que o arroz dourado nas crianças funciona melhor até do que os espinafres em matéria de fornecimento de vitamina A.

Os seus opositores sustentam que há melhores formas de abordar a deficiência da vitamina A. No seu último comunicado, a Greepeace referiu que o arroz dourado "não é algo que necessitemos, nem é necessário" e incentivou o recurso aos suplementos alimentares e fortificantes, descritos como apresentando uma melhor eficiência em termos de custos.

Sem dúvida, a distribuição de comprimidos vitamínicos ou a adição de vitamina A aos produtos básicos de consumo podem fazer a diferença. Mas não é uma solução sustentável para a deficiência de vitamina A. E apesar de apresentarem uma boa relação custo-benefício, as estimativas recentemente publicadas indicam que o arroz dourado é muito mais rentável.

Os programas de suplementos nutritivos na Índia custam 4.300 dólares por cada vida que salvam no país, ao passo que os programas de vitaminização custam cerca de 2.700 dólares por cada vida salva. Ambos os programas constituem óptimas propostas. No entanto, o arroz dourado custaria apenas 100 dólares por cada vida salva das garras da carência de vitamina A.

Da mesma forma, há quem argumente que não se adopta o arroz dourado porque a maioria dos asiáticos não consome arroz integral. Mas o arroz integral é substancialmente diferente em termos de sabor e estraga-se facilmente em climas quentes. Além disso, muitos pratos asiáticos são já coloridos de amarelo com açafrão,

anato, achiote e curcuma (gengibre amarelo). São estas pessoas, não a Greenpeace, que devem poder decidir se desejam adoptar um arroz rico em vitamina A para a sua alimentação e dos seus filhos.

l a que muitos activistas agora recorrem. A Greenpeace chama ao arroz desenvolvido há quase 20 anos e ainda não teve qualquer impacto sobre a prevalência da deficiência de vitamina A". No entanto, tal como clarificado por Ingo Potrykus, o cientista que desenvolveu o arroz dourado, esse fracasso deve-se quase inteiramente à oposição implacável aos alimentos geneticamente modificados – na maioria das vezes por parte de pessoas ocidentais ricas e bem intencionadas, que estão muito longe de sofrer os riscos derivados da carência de vitamina A.

Está claro que haver normas sobre bens e serviços relacionados com a saúde pública é uma boa ideia; mas essas normas devem ser sempre contrabalançadas com os potenciais custos – neste caso, o custo de não fornecer mais vitamina A a oito milhões de crianças nos últimos 12 anos.

A título de exemplo, se as actuais normas existentes para os alimentos geneticamente modificados fossem aplicadas a produtos não GM, seria impossível comercializar batatas e tomates (que podem conter glicoalcalóides tóxicas); aipo, que contém psoralenos cancerígenos; ruibarbo e espinafres (que contêm ácido oxálico) e mandioca, que alimenta cerca de 500 milhões de pessoas mas que contém alcalóides cianogénicos, que são tóxicos. Produtos alimentares como a soja, trigo, leite, ovos, moluscos, crustáceos, peixe, sésamo, nozes, amendoins e kiwi seriam igualmente proibidos, já que podem provocar alergias alimentares.

É de salientar, a este propósito, a inexistência de relatórios sobre os efeitos dos alimentos geneticamente modificados para a saúde humana. Mas muitos activistas têm invocado outros efeitos. Uma história conhecida, que continua a ser repetida por Vandana Shiva, é a de que o milho geneticamente manipulado com a toxina Bt mata as borboletas monarca. No entanto, vários estudos confirmados por especialistas estabeleceram claramente "o carácter negligenciável do impacto do pólen do milho transgénico Bt - resultante dos actuais produtos híbridos comerciais – sobre as populações de borboletas monarca".

A Greenpeace e muitos outros activistas dizem que os alimentos GM só fazem com que grandes empresas, como a Monsanto, exerçam um poder quase monopolista. Mas estas afirmações são como pôr a carroça à frente dos bois: o predomínio destas grandes empresas é em parte consequência do activismo anti-GM, que torna os processos de aprovação tão longos e dispendiosos que apenas as companhias com bastante dinheiro e que atendem os agricultores ricos do primeiro mundo é que podem dar-se ao luxo de prosseguir com os trâmites para obterem as referidas aprovações.

Por último, afirma-se frequentemente que as culturas transgénicas significam sementes mais caras e menos dinheiro para os agricultores. Mas os agricultores têm liberdade de escolha. Mais de cinco milhões de agricultores do sector do algodão, na Índia, privilegiam actualmente o algodão geneticamente modificado, uma vez que lhes traz receitas mais elevadas. Sim, as sementes são mais caras, mas o aumento na produção compensa o custo adicional.

É evidente que nenhuma tecnologia está isenta de defeitos e por isso é que a supervisão regulatória é útil. Mas é bom que se mantenham as coisas em perspectiva. Em 2010, a Comissão Europeia, depois de analisar 25 anos de investigações sobre organismos geneticamente modificados (OGM), concluiu que "não há, actualmente, qualquer prova científica que associe os OGM a um aumento de riscos para o ambiente ou para a segurança dos alimentos e forragens quando comparados com as plantas e organismos convencionais".

Agora, por fim, o arroz dourado chegará às Filipinas; depois disso, espera-se que chegue ao Bangladesh e à Indonésia. Mas, para oito milhões de crianças, a espera foi demasiado longa.

Fiel ao seu estilo, a Greenpeace está já a protestar, dizendo que as crianças filipinas poderão ser "as próximas cobaias do arroz dourado". Os 4.4 milhões de crianças filipinas com carência de vitamina A poderão não estar assim tão preocupadas com isso.

Bjørn Lomborg é professor-adjunto na Copenhagen Business School. Fundou e dirige o Centro do Consenso de Copenhaga.

Direitos de autor: Project Syndicate, 2013.
www.project-syndicate.org

Tradução: Carla Pedro

3 Gosto 3 Tweet 1 Share Share 0

CRIE UM ALERTA PARA RECEBER POR E-MAIL AS NOTÍCIAS

Por palavra chave:

Por secção:

Bjørn Lomborg Economistas Opinião